



**APROVADA**

**ATA DO PLENO EXTRAORDINÁRIO DO DIA 13 DE JUNHO DE 2017**

1  
2  
3  
4  
5  
6 No décimo terceiro dia do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, às nove  
7 horas e trinta minutos, no Auditório da Policlínica Lessa de Andrade, na Estrada dos  
8 Remédios, nº2416 - Madalena - Recife/PE, reuniu-se o pleno do Conselho Municipal  
9 de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA, que foi  
10 declarado aberto pelo presidente José Rufino da Silva em virtude da existência de  
11 quórum, para deliberação dos seguintes temas em pauta: **APRESENTAÇÃO DOS**  
12 **PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO**  
13 **SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS E**  
14 **APRESENTAÇÃO DO PLANO SOCIOEDUCATIVO E INFORMES GERAIS.**  
15 *Participaram da solenidade na condição de conselheiras(os) de Direito: Fabíola Maria*  
16 *Santiago de Farias (Procuradoria Geral do Município); José Rufino da Silva e Edson*  
17 *Alves (Gabinete do Prefeito); Alexandre Nápoles (Secretaria de Desenvolvimento*  
18 *Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos); Hélio Batista de*  
19 *Oliveira - Hélio da Guabiraba (Câmara de Vereadores); Marcos Rodrigues dos Santos*  
20 *(AACD); Ana Paula Lins (ESPRO); Alexandre Cabral (OAB); Wilson Monteiro*  
21 *(RENAPSI) e, ainda, os seguintes convidados(as): Ana Rita Suassuna (Secretária e*  
22 *Desenvolvimento Social, Juventudes, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos da*  
23 *PCR); Elizabete Godinho (SDSJPDDH); Márcia Nascimento (CREAS Ana*  
24 *Vasconcelos); Lurdinha (Casa Menina Mulher); Palloma (APAE); Mônica (Casa de*  
25 *Passagem); Karina (Adolescer); Mônica Dias (Casa de Passagem); Karina Agra*  
26 *(Adolescer); Secretaria Executiva de Assistência Social; Priscila Viegas (Crefito 1);*  
27 *Silma Paula (SDSJPDDH/GCA); Paula Sena (SDSJPDDH/GMC); Secretaria de*  
28 *Educação/DEGEP; Daniele Araújo (ISMEP); Mônica Oliveira (OAF); Maria Livramento*  
29 *(Instituto Dom Helder); Valéria Monteiro (SDSJDDDH); Vanessa (SDSJDDDH); Maria*  
30 *Lúcia (ASBEAS); Irary Albuquerque (Lar Fabiano de Cristo); Secretaria de*  
31 *Desenvolvimento Social, Criança e Juventude /PE; Secretaria de Imprensa da*  
32 *Secretaria de Desenvolvimento Social, Crianças e Juventude/PE; Tereza (Fundação*  
33 *CECOSNE); Creas Afogados; IDESC; CEDES; Hemi (CIEE/Criança Feliz); Pedro*  
34 *Ribeiro (Etapas); Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas; Creas Espinheiro;*  
35 *Audicontex; Conselho Tutelar RPA3B; Etapas; André Torres (Conselheiro Tutelar*  
36 *RPA1). O presidente inicia o pleno dando boas vindas aos presentes e solicita que a*  
37 *secretária Ana Rita Suassuna faça a apresentação do novo organograma da*  
38 *Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos*  
39 *Humanos da PCR. Ana Rita começa a explanação socializando com os presentes o*  
40 *organograma da secretaria que foi modificado com a reforma administrativa da PCR.*  
41 *A secretária comunica que foi criada uma Gerência de Controle Social para dialogar*  
42 *com os nove conselhos vinculados à secretaria. Ana Rita diz que a secretaria conta*  
43 *também com a Gerência Geral de Administração e Finanças e, ainda, a Gerência*  
44 *Geral de Planejamento e Convênios. Além disso a SDSJPDDH também tem as suas*  
45 *unidades executivas. Ana Rita explica que na Secretaria Executiva de Assistência*  
46 *Social existe a Gestão de Unidade que cuida da Vigilância da Assistência gerindo*  
47 *dados, informação e monitoramento das ações. Já na Assistência Social existe a*



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

48 Gerência de Educação Permanente. A secretária informa ainda que, no passado, as  
49 políticas de básica, média e alta complexidade estavam misturadas e que, por isso,  
50 ouve uma arrumação da assistência, inclusive com a extinção do IASC. Assim, Ana  
51 Rita diz que a política de assistência está entrando no rumo certo. Ela explica que foi  
52 estruturada a central do Bolsa Família e descentralizados os atendimentos para os  
53 CRAS e as carteiras de livre acesso. A secretária explica que também há uma  
54 parceria com os clubes, principalmente os de futebol, para atender crianças,  
55 adolescentes e suas famílias com atividades complementares. Com relação aos  
56 adolescentes atendidos pelas Medidas Socioeducativas, Ana Rita informa que a  
57 situação da falta de acompanhamento foi normalizada e cerca de seiscentos jovens já  
58 estão sendo atendidos. Com relação as Casas de Acolhidas, há unidades executadas  
59 diretamente, diz Ana Rita. Ela explica que há quatro casas que atende crianças e  
60 adolescentes e também casas conveniadas na execução da alta complexidade. Na  
61 oportunidade, a secretária esclarece que a Casa de Acolhida Raio de Luz foi fechada,  
62 temporariamente, devido a situação de violência que envolve o tráfico de drogas e  
63 que o Ministério Público já havia recomendado a saída do local. Com relação a  
64 Secretaria Executiva da Juventude, que compõe a pasta, Ana Rita informa que é uma  
65 nova secretaria. A secretária esclarece que na Juventude não existe a Política  
66 Nacional da Juventude, o que existe é o Estatuto da Juventude. Ana Rita diz que, no  
67 ano passado, foi construído o Plano da Juventude e que o documento já foi aprovado  
68 na Câmara de Vereadores. O plano é de dez anos e a secretaria está começando a  
69 executar. Segundo ela a secretaria já realizou, recentemente, a Semana da  
70 Juventude onde o plano foi lançado oficialmente. No campo do fortalecimento, Ana  
71 Rita informa que a secretaria precisa apoiar as iniciativas juvenis, mas que já foram  
72 realizadas algumas iniciativas como a realização de oficinas e rodas de diálogos. Na  
73 Secretaria Executiva de Política sobre Drogas, Ana Rita informa que tem eixos  
74 importantes que estão sendo trabalhados, entre eles, a prevenção, o cuidado e,  
75 ainda, a reinserção social e produtiva. Segundo a secretária, existe uma intervenção  
76 forte no eixo da prevenção. Entre as linhas de atuação, o Circuito Mobi, que trabalha  
77 com líderes e formadores de opinião dentro das comunidades; o Prev.Com, que atua  
78 com jovens e adultos, formando agentes de prevenção através da promoção pessoal  
79 do indivíduo; o Descolado, que atua nas escolas da cidade; o Pró-transforma, que  
80 atua com profissionais de diversos setores para firmar parcerias de prevenção e,  
81 ainda, a Caravana da Prevenção, que usa atividades lúdicas para conversar sobre  
82 sonhos com crianças e adolescentes. Na Secretaria Executiva de Direitos Humanos  
83 houve também uma reestruturação. Agora há cinco gerências: criança e  
84 adolescentes, pessoa idosa, pessoa com deficiência, livre orientação e diversidade  
85 sexual e, ainda, igualdade racial. No que cabe a Gerência da Criança e do  
86 Adolescente, a secretária informa que tem algumas temáticas fortes que é a  
87 exploração sexual, a gravidez na adolescência, além da primeira infância que estará  
88 construindo o seu Plano da Primeira Infância nos próximos meses. Para Ana Rita é  
89 importante que o COMDICA faça parte da construção do plano. Na oportunidade, a  
90 secretária executiva de Direitos Humanos, Elizabete Godinho, informa que há dois  
91 centros de referências vinculados à secretaria onde as demandas de violações  
92 chegam: Centro de Referência em Cidadania LGBT e o Centro de Referência  
93 Margarida Alves. O Margarida Alves recebe as demandas de violações de direitos  
94 humanos de crianças e adolescentes. A secretaria executiva, conjuntamente com



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

95 Assistência Social, atua com espaços de proteção em grandes eventos: Carnaval,  
96 São João e festa do morro da conceição. Godinho informa ainda que, em outubro,  
97 deverá acontecer o Encontro Internacional de Direitos Humanos onde será  
98 apresentado, como resultado prático, o Plano da Primeira Infância. A secretária  
99 executiva comunica ainda que serão formados, na capital, seis Núcleos Comunitários  
100 de Mediação de Conflitos, em parceria com o Governo Presente. Com a conclusão da  
101 apresentação da secretária, o Fórum DCA solicita que o plano de trabalho possa ser  
102 de fato efetivado nos territórios. O conselheiro Edson Alves parabeniza a secretária e  
103 solicita que o número de atendimentos possa ser disponibilizado para o COMDICA.  
104 Com o fim das considerações dos presentes, tem início a apresentação do **Plano**  
105 **Municipal Decenal Socioeducativo**. Valéria Monteiro inicia a explanação fazendo  
106 um resgate da política de assistência social. Dando continuidade a discussão do  
107 plano, que foi interrompido por falta de tempo no último dia cinco de maio de dois mil  
108 e sete, Vanessa relembra os dois últimos itens discutidos: oito e nove, e inicia a  
109 debate pelo item dez: "*Implantar Programa Municipal de Proteção à Vida*". Valéria  
110 lembra que apesar da obrigação de proteção à vida ser do Estado, infelizmente o item  
111 está relacionado as ameaças de morte vividas pelos jovens de medidas  
112 socioeducativas. A secretária executiva, Elizabete Godinho, lembra que cabe ao  
113 município garantir e proteger a vida de todos os seus habitantes. Godinho relembra o  
114 surgimento do Provita - Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas  
115 de Morte - que, após convênio com a Governo Federal para nacionalizar o programa,  
116 se estruturou de modo que a União repassava para os estados um percentual de  
117 financiamento para garantir o atendimento em rede. Com relação a experiência no  
118 município, Godinho pergunta: "Como é possível construir uma garantia protetiva  
119 estrutural no município?". A secretária entende que o item requer um debate maior. O  
120 conselheiro tutelar André Torres sugere que haja um diálogo com o PPCAM -  
121 Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - para um  
122 amadurecimento do tema, já que a situação no Estado está caótica. A proposta da  
123 equipe técnica da SDSJPDDH é deixar o item em vermelho para rediscutir o tema. O  
124 conselheiro Alexandre Nápoles coloca que os três entes federativos tem  
125 responsabilidade de proteger, mas é preciso separar a questão administrativa da  
126 orçamentária. Nápoles acredita que o Grupo de Trabalho (GT) precisa discutir mais  
127 profundamente e que é preciso provocar para que os outros municípios também  
128 executem, tendo em vista a possibilidade da desterritorialização. Segundo Ana Rita, o  
129 Estado precisa regular já que é importante para o programa. André Torres diz que  
130 vários adolescentes do Recife já estão inseridos em outras cidades. André informa  
131 que só no ano passado, em Pernambuco, aconteceram quatro mil e quinhentos  
132 assassinatos, deste total, trezentos e noventa e seis mortos foram adolescentes e  
133 trinta e oito estavam no regime fechado e um sob a proteção do Estado. O presidente  
134 chama a atenção para deixar o Estatuto da Criança e do Adolescente "falar", citando  
135 o artigo quarto do ECA. Vanessa acredita que é preciso alinhar a rede para a  
136 execução do atendimento, criando um Grupo de Trabalho com atores federais,  
137 estaduais e municipais para acompanhar o processo. Ela diz que a responsabilidade  
138 precisa ser pactuada. O conselheiro Alexandre Nápoles lembra que o Decreto  
139 nº6.231/2007, que institui o PPCAM, diz: "*a união poderá celebrar convênios com*  
140 *estados, distrito federal, municípios e entidades não governamentais*". No item  
141 "*priorizar o acesso e atendimento das famílias dos adolescentes em cumprimento de*



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

142 *Medidas Socioeducativas nos serviços dos CRAS e CREAS*", Vanessa informa que é  
143 preciso ampliar. No item *"ampliação dos CREAS conforme PNAS, garantindo a*  
144 *territorialização desses equipamentos e o acompanhamento do número de famílias*  
145 *estabelecido pela política*", Vanessa explica que é preciso implantar novos CREAS.  
146 No item *"inserir na metodologia de atendimento atividades de práticas restaurativas*  
147 *para o enfrentamento a situações de violência no âmbito do CREAS*", Vanessa diz  
148 que o processo de formação continuada vem sendo desenvolvido junto às equipes  
149 para que possa ser reproduzido. No item *"garantir acesso, participação e atendimento*  
150 *dos adolescentes e seus familiares nos equipamentos e projetos de cultura, esporte e*  
151 *de lazer com vistas à formação artística e cultural*", Vanessa diz que já acontece. No  
152 item *"incentivar o desenvolvimento de programas e projetos de extensão*", Vanessa  
153 diz que tem um grupo de estudo na CCSA/UFPE para fortalecer as equipes. No item  
154 *"garantir a expansão de equipamentos que recebam a execução da medida de*  
155 *prestação de serviços à comunidade*", Valéria informa que tem um decreto municipal  
156 que facilita o diálogo com os órgãos públicos sobre a absorção nos espaços públicos  
157 para o cumprimento da medida. No item *"estimular a participação dos adolescentes*  
158 *nos espaços deliberativos de controle social*", Valéria informa que o objetivo é a  
159 formação política desses meninos. A sociedade civil questionou a proposta no sentido  
160 de não só estimular, mas também de garantir a participação dos adolescentes. O  
161 conselheiro Nápoles questiona o texto já que são adolescentes em conflito com a Lei.  
162 O questionamento é com relação ao estímulo para que esses adolescentes, em  
163 conflito com a Lei, sejam estimulados a serem conselheiros/as. André Torres diz que  
164 todo o trabalho desenvolvido é de inclusão. Vanessa afirma que o Gajop convidou o  
165 Recife para indicar um representante juvenil para uma representação no CONANDA e  
166 lembra que o processo de participação desses adolescentes em espaços de controle  
167 social já existe. O conselheiro Nápoles fala que a participação política é importante  
168 para esses jovens, mas trazer um adolescente em conflito com a Lei para ser  
169 conselheiro no espaço deliberativo da política é diferente. Segundo ele é importante  
170 amadurecer o debate sobre o tema. A sugestão de Nápoles é retirar a parte de fazer  
171 parte de um conselho, deliberando a política. Dito isso, Valéria solicita que os  
172 conselheiros(as) retomem a leitura do documento para deliberação e conclusão do  
173 plano em um outro pleno. Não havendo nada mais a tratar, o presidente do Conselho  
174 Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente encerra o  
175 pleno às 12h30.

176  
177

178 Recife, 13 de junho de 2017

179

180 **José Rufino da Silva**

181 Presidente

182

183

184